

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA**

**REQUERIMENTO Nº DE 2019**

**(Das Sras. LUIZA ERUNDINA E SÂMIA BOMFIM)**

Requer a realização de audiência para discutir os cortes de bolsas no CNPQ e os novos critérios de concessão de bolsas de pós-graduação anunciado pelo MEC.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência para discutir os cortes de bolsas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e os novos critérios de concessão de bolsas de pós-graduação anunciado pelo Ministério da Educação (MEC).

Sugerimos os seguintes convidados:

- Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Hernan Chaimovich Guralnik;
- Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Anderson Ribeiro Coelho;
- Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Benedito Guimarães Aguiar Neto;
- Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), Adriano Correia
- Associação de Servidores do CNPQ (Ascon) - Roberto Muniz Barretto de Carvalho

## JUSTIFICAÇÃO

No último dia 15 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou que suspendeu 4,5 mil bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação “devido ao cenário orçamentário”, como noticiou o jornal O Globo<sup>1</sup> do mesmo dia. O Conselho divulgou nota em que afirma ter recebido “indicações de que não haverá recomposição integral do orçamento de 2019” e que, por isso, estava “tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências dessa restrição”. O Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi procurado pelo jornal, disse estar negociando a liberação de um crédito suplementar com a Casa Civil, para evitar a suspensão do pagamento de bolsistas.

Somado a isso, no último sábado (19/08), o jornal Estado de S. Paulo publicou matéria<sup>2</sup> em que o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Lima Jr, afirma que os critérios de concessão de bolsas de pós-graduação deverão ser agora baseados no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do município onde se sedia o curso; nota de curso, teor da pesquisa e área prioritária (que para o governo são Saúde e Engenharias, por exemplo, e não Ciências Humanas). As bolsas de doutorado também terão preferência em relação ao mestrado, o que, segundo o governo, tem a ver com a priorização de pesquisa.

A definição de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo, segundo divulgou a matéria do Estado. Cada um dos quatro quesitos terá um peso específico. As novas regras deverão ser anunciadas oficialmente no próximo mês.

---

<sup>1</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cnpq-suspende-4500-bolsas-por-falta-de-orcamento-23880009>

<sup>2</sup> <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-usara-idh-nota-de-curso-e-area-prioritaria-para-conceder-bolsas-de-pos,70002971476>

Os novos critérios são questionados por especialistas, já que o enfraquecimento da área de Humanas pode ter viés ideológico. Há também o questionamento do critério de IDH, uma vez que os principais centros de pesquisa estão em municípios mais desenvolvidos. E também da priorização de bolsas de doutorado, já que no Brasil é preciso passar pelo mestrado antes, ou seja, se não houver investimento em bolsas de mestrado também não haverá doutores.

Como se trata de um tema delicado e de interesse central para o desenvolvimento do país e da sociedade brasileira, e como o próprio governo já afirmou que deverá conversar com reitores, antecipamos e ampliamos esse urgente debate com demais setores interessados na preservação da educação e da pesquisa no país.

Com base no exposto, conclamamos os pares desta Comissão - e de outras cujas áreas também estão sendo afetadas pelo regime de censura já instaurado no país – que somemos esforços para a realização desse importante debate em defesa das liberdades individuais e coletivas e do Estado Democrático de Direito.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 2019.

**LUIZA ERUNDINA**

Deputada Federal – PSOL/SP

**SÂMIA BOMFIM**

Deputada Federal – PSOL/SP